

L E I N° 1.663/89

Data: 15 de dezembro de 1989.

Súmula: Introduz modificações na Lei nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975 (Código Tributário do Município) e da Lei nº 1.470, de 5 de dezembro de 1983, e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O parágrafo 3º, do art. 25, da Lei nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975 (Código Tributário do Município), alterado pela Lei nº 1.470/83, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo acrescentado ao art. 25, referido, o parágrafo 4º, do seguinte teor:

“Art. 25 -...

§ 3º - Aos créditos fiscais do Município aplicam-se as normas da correção ou atualização monetária de tributos e penalidades devidos ao fisco municipal, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 4º - O crédito tributário pago em parcelas terá seu valor corrigido ou atualizado monetariamente de acordo com os índices fixados pela legislação federal pertinente.”

Art. 2º - O art. 125 fica acrescido de parágrafo 3º, o art. 128, de parágrafo único, e o art. 131 de parágrafo único, do seguinte teor:

“Art. 125 -...

§ 3º - As hipóteses definidas em lei complementar à Constituição Federal também consideram-se prestação de serviço, embora não incluídas no conceito do “caput” deste artigo, prevalecendo até ulterior a relação que institui a Lei Complementar nº 56/87, de 15 de dezembro de 1987.

Art. 128 -...

Parágrafo Único – A alíquota do imposto é de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou preço do serviço, nos casos de emissão de nota fiscal ou de fatura, e será reduzida automaticamente ao percentual máximo a ser fixado em lei complementar, se este for inferior a 5% (cinco por cento).

Art. 131-...

Parágrafo Único – O recolhimento do imposto devido nos termos do parágrafo único do art. 128 é mensal, tendo o contribuinte prazo para esse recolhimento até o décimo dia do mês seguinte ao vencido.”

Art. 3º - Ficam revogados os artigos 187 a 199, da Lei nº 1.248/75, de 8 de dezembro de 1975 (Código Tributário do Município) referente à Taxa de Pavimentação e Obras Complementares, por se tratar de matéria do âmbito da Contribuição de Melhoria.

Art. 4º - Os dispositivos a seguir mencionados, da Lei nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975 (Código Tributário do Município), passam a vigorar com a seguinte redação, ficando alterados e introduzidos parágrafos do seguinte teor:

“Art. 200 – A contratação de melhoria tem por fato gerador o benefício imobiliário, efetivo ou potencial, causado por obra pública municipal.

Art. 201 -...

I – publicar edital contendo os requisitos mínimos previstos em lei complementar à Constituição, e enquanto não for esta editada os seguintes:

Art. 202 – Contribuinte é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel valorizado.

§ 1º - São isentos de contribuição de melhoria:

I – as pessoas jurídicas de direito público;

II – os templos de qualquer culto.

Art. 204 – A despesa compreenderá o custo da obra e mais os relativos a estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, execução, financiamento e demais investimentos a ela imprescritíveis.

Parágrafo Único – O valor global da despesa realizada com a obra pública terá sua expressão monetária atualizada à época do lançamento.

Art. 213 –

§ 1º - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento a prestações devidas, com o desconto de 20% (vinte por cento) além da dispensa dos juros de 12% (doze por cento) ao ano.

§ 2º - Em caso de parcelamento as prestações mensais terão correção ou atualização monetária de acordo com os índices expedidos pelo Governo Federal.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1989.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

